

Teocomunicação

Revista de Teologia da PUCRS

Programa de Pós-Graduação em Teologia
Escola de Humanidades

Porto Alegre, v. 49, n. 1, janeiro-junho 2019: e32724

 <https://doi.org/10.15448/0103-314X.2019.1.32724>

RESENHA

SUSIN, Luiz Carlos. *O tempo e a eternidade. A escatologia da criação*. Petrópolis: Vozes, 2018. 277 p.

Agemir Bavaresco ¹, Nythamar de Oliveira Jr. ¹

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

O teólogo Susin é doutor em teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, professor no Programa de Pós-Graduação em Teologia na Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do RS e na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. Foi membro e presidiu a Associação de Teologia e Ciências da Religião do Brasil e compôs a equipe de redação da Revista Internacional de Teologia *Concilium*. Sua pesquisa foca-se na área de antropologia teológica.

O livro *O tempo e a eternidade* é composto por dez capítulos, sendo “boa parte” destes reescritos, atualizados e ampliados do livro anterior *Assim na terra como no céu*, publicado em 1995. O primeiro capítulo “Entre céus e terra, entre tempo e eternidade” explicita os problemas da escatologia e o método hermenêutico usado para a apresentação do conteúdo; descreve o modelo da escatologia moderna, pré-moderna e a proposta de uma escatologia como ‘horizonte’; e no final do capítulo são apresentadas chaves de leitura e o método para a escatologia: “Com o método *ainda-não e já-agora* e com estas chaves de leitura [...], podemos avançar para a árdua reflexão do tempo e do espaço, do incomensurável e da eternidade” (p. 37).

O capítulo 2, *A história de Deus*, situa o tema da escatologia no interior da história, e, para isso, Susin descreve as várias concepções de tempo, por exemplo, o tempo mítico, circular, do relógio, da consciência, do Criador e das criaturas, o tempo abraâmico, o *kairós*, o tempo ético, o tempo messiânico, e os tempos da criação e de plenitude escatológica; o autor questiona a concepção de história universal no sentido da modernidade colonizadora: “Colonizando, esvaziando e fazendo desaparecer alteridades históricas e ecológicas, sem acolher as ‘qualidades’ de tempos diferentes, chega-se a um paradoxo: É o pseudotempo ‘pós-moderno’, um ‘presentismo’ sem saída” (p. 61). O autor propõe uma escatologia ecumênica que inclui as “histórias universais”: do universo cósmico e da natureza viva; das diversas culturas e povos e das gerações (ver. p. 62); isto é, “no horizonte escatológico, a paz de todas as histórias”; “no panenteísmo e na *pericorese* divina, a reconciliação com a história da natureza”, fundamentado através de uma teologia trinitária, pois “Deus é Trindade, e em suas relações, em sua



pericorese – cada pessoa está para a outra, a partir da outra, com a outra, na outra – ali estamos também nós: no seio da Trindade cabe o quarto” (p. 68).

No capítulo 3, *O Espírito e a esposa dizem: Vem*, o autor destaca a dimensão da comunhão dos santos a partir de “três colunas: cristológica, pneumatológica e eclesiológica” (p. 69). A cristologia é a norma da escatologia, que se experimenta no Reino de Deus como horizonte da missão de Jesus. A comunhão dos santos acentua a dimensão comunitária da escatologia, mediada pela ação do Espírito “derramado em toda carne que se abre à santificação, é a Pessoa que faz de todas as pessoas uma só pessoa, constituindo assim a maravilha da ‘pessoa comunitária’” (p. 80).

O capítulo 4, *Morte cristão*, começa descrevendo a experiência da ‘morte humana’ como fenômeno da finitude biológica, o sofrimento, o luto e o ritual de humanizar a morte: “significa devolver ao ser humano a sua morte, para que ele possa *se reapropriar* da consciência, da liberdade, da decisão e das relações humanas, e assim poder celebrar amorosamente sua morte” (p. 103). Em seguida, ele descreve a “morte no Senhor”, ou seja, “a teologia cristã da morte deve começar sempre pela cristologia: morte de Jesus é performativa da morte cristã, modelo de morte e fato que se torna íntimo a todo cristão na relação com sua própria morte” (p. 104). Susin enfatiza a dimensão eclesiológica da morte: “O lugar da morte cristã é a comunidade”, isto é, trata-se de “morrer no seio da comunhão dos santos”, pois, “a participação teologal, fundada na graça e na fé, nos faz participar na morte uns dos outros”, de tal forma que “podemos fazer a experiência de morrer-com-a-comunidade” (p. 109).

O juízo do Justo Juiz é o título do capítulo 5, em que o autor começa reportando-se às artes plásticas, a música, ao teatro e a pregação religiosa como um lugar privilegiado para representar a dramaticidade do juízo e do juiz. O problema do ‘juízo de Jesus’ é posto pelo autor assim: “Como entender que Jesus é Senhor e Juiz de uma história marcada por tanta contradição, violência e decadência humana?” Ele responde: “O juízo de Deus vem dos pequeninos, de sua humanidade, vem ‘de baixo’, e não de cima, vem da humildade humana de Jesus na pele dos pequeninos e não do rei de tremenda majestade divina, como mais tarde sugere o hino *Dies irae*” (p. 137). Susin aborda e reinterpreta os temas clássicos da escatologia tais como o juízo particular e universal; o juízo antes da morte, na morte e depois da morte; e a Parusia do justo juiz, em que o julgamento não deve ser pensando, adverte o autor, “como ato jurídico” porque “Deus quer salvar e não condenar” (p. 148).

O tema do purgatório é interpretado no capítulo 6: *‘Purgatório’: amadurecer com a dor*. Aqui destaca-se a superação do dualismo entre céu e inferno através do purgatório. De um lado, o purgatório levou a muitas distorções tais como a salvação pelos próprios méritos, pelas obras, pela conquista de indulgências. De outro, “o purgatório pode consistir numa terapia dolorosa, [...] na purificação como graça ou como esforço, integração ou renúncia, em seus aspectos individuais ou comunitários” (p. 156). Susin alerta para o risco de “funcionalizar o sofrimento” como forma de legitimar ou encobrir o sofrimento dos outros. Ao contrário, o tema do purgatório, se interpretado na dimensão comunitária, leva a superar “uma bipolaridade e um dualismo maniqueístas, que davam numa fatalidade insuportável: ou céu ou inferno” (p. 159). Depois, apresenta-se o purgatório ‘antes da morte’, ‘na morte’ e ‘após a morte’, concluindo que “todo processo de purificação começa e termina sempre com Cristo e com o Espírito, na graça da comunhão trinitária”, isto é, “a doutrina do purgatório não é uma invenção medieval, é consequência da experiência da comunhão dos santos, da comunhão trinitária, da graça que acontece na intercessão inclusiva em Cristo e na misericórdia” (p. 166).

No capítulo 7, *Ressurreição da carne: 'face a face'*, Susin trata de um dos temas mais desafiadores e, talvez o central da escatologia. Ele começa explicitando a diferença entre imortalidade, reencarnação e ressurreição, apontando a questão mais dura para interpretar, isto é, como resolver a contradição: “*Desejamos a imortalidade, mas somos mortais*” (p. 167), ou seja, como resolver o problema de uma doutrina e/ou hermenêutica teológica dualista? Trata-se do problema de relacionar finitude e infinitude, sem cair na posição cômoda do dualismo alma e corpo, ou numa visão mecanicista “causa-efeito” e nem no escapismo teológico: “a alma separada do corpo”. O autor faz um *tour de force* teológico interpretativo de coragem e ousadia hermenêutica, a partir do referencial teórico levinasiano (ver p. 185, nota 84) para superar a herança dualista filosófico-platônica, a tradição doutrinal que usa pressupostos teológicos metafísicos dualistas, os modelos psicologizantes de alma, as linguagens representacionais míticas e as religiosidades reencarnacionistas. “É necessário introduzir urgentemente uma antropologia da alteridade para ‘salvarmos’ tanto o corpo como a alma, pois ambos se articulam em uma unidade para ‘animar corporalmente’, a relação de comunhão com o outro” (p. 185). A estratégia argumentativa é “unir antropologia e teologia” para articular a teologia da “comunhão dos santos” e a antropologia da alteridade: “O outro, na comunhão dos santos, sustenta corporalmente e anima a alma para que se permaneça num ‘amor forte como a morte’, *uns-sustentados-pelos-outros*” (p. 187). Susin reitera: “Somos corpo e alma para animação e sustentação de corpos e almas” (id. p. 187). É com esta chave de leitura que ele interpretará a ressurreição “antes”, “na” e “depois” da morte. Então, “a ressurreição da carne é um *processo de ressurreição*”, pois, “é horizonte que reúne futuro, presente e passado” no ‘Outro’ que “em última análise é Deus”, vivido, imanentemente, “em experiências finitas” transcendentais (p. 187-188). Outra tese interessante do autor é que a ressurreição “tem um caráter *ontológico da mesma forma que têm um caráter ético*” (p. 188), ou seja, trata-se da implicação normativa da ontologia e não apenas lógico-descritiva. Talvez ao abordar o tema da “saudade” (p. 189), *en passant*, o autor poderia ter explicitado o sentido semântico-pragmática deste léxico ímpar da língua portuguesa, que expressa na literatura e no uso coloquial uma síntese existencial do tempo escatológico e do cemitério como *locus* de memória, onde na imensa maioria dos túmulos encontramos a inscrição: *Saudade* para marcar tanto a ‘comunhão dos santos e das santas’, como o sentido da ressurreição. Por fim, o autor faz uma crítica a prática pastoral-litúrgica da “pregação ininteligível da ‘ressurreição na morte’ em funerais, diante do cadáver”, em que o ritual “sugere uma ‘alma separada’” (p. 190). “A melhor linguagem é a da comunhão, da comunidade, da relação de graça, sem calcar na preferência de um dos elementos da dualidade corpo-alma” (id. p. 190). Novamente, aqui o autor volta a criticar o dualismo, sem negar, porém, a justa tensão dual entre ‘corpo-alma’ que são compreendidos como relação mediada pelo ‘outro’. Não ao dualismo do ‘corpo-alma’ como separação da alma. Sim, a dualidade ‘corpo-alma’ na relação mediadora com o outro. “A profissão de fé na ressurreição da carne como páscoa com Cristo supõe a estrutura mesma da fé: é uma ‘entrega’ e um apoio em ‘outro’ – em Deus, em suas testemunhas – que inclui nossa razão e nossa compreensão” (p. 191).

O capítulo 8, *Novos céus e nova terra, onde habitará a justiça* (2Pd 3,13), retoma os dois primeiros capítulos para superar a “esquizofrenia entre céu e terra” ou o dualismo que desliga os dois polos e reduz a terra um espaço de “apropriação e consumo” pelo “messianismo do Mercado” (p. 197). Ao contrário, o enfoque do céu e a terra como ‘criação’ mantém a dualidade que “cria dinamismo, polarização positiva e fecunda” (p. 201), inscrita como ‘história da Divina Trindade’ (p. 206).

O capítulo 9, *Morte eterna ou inferno: possibilidade do avesso*, começa referindo-se aos textos bíblicos em que se afirma que a vontade divina é que todos sejam salvos e que o Filho veio ao mundo não para condenar o mundo, mas para salva-lo (Jo 3,17). Esta é a promessa de Deus: a salvação e a felicidade. Susin critica uma visão catequética ou pedagógica que apresenta o disjuntivo céu ou inferno. “O inferno é, pois, estranho à criação divina, é criação e possibilidade de uma criatura livre recusar a palavra e o convite, como autodestinação para fora da predestinação divina” (p. 232). Porém, a pregação, a catequese e a literatura religiosa dominaram o imaginário cristão pelo medo do inferno, ao que Susin chama de *infernalismo* e que “distorceu a escatologia e a própria imagem de Deus” (p. 233). O inferno é eterno ou temporário, ou seja, “pode uma criatura escolher uma eternidade de condenação”? Susin responde: “Parece impossível crer que alguém tenha escolhido com inteira consciência e liberdade um inferno eterno de suplícios ao invés das promessas de Deus” (p. 240). Apoiado, de um lado, em Hans Balthasar, o autor reflete sobre a possibilidade de que o inferno esteja vazio, isto é, “a possibilidade de que nunca tenha se verificado realmente uma escolha pela recusa e pelo avesso de nossa boa destinação”. Então, “se não foi ainda opção de ninguém, o inferno não existiria ainda” (p. 240). Porém, de outro lado, fere o senso comum pensar que no final tudo ficará absolvido, que a opressão, a violência sobre inocentes em que “verdadeiros monstros demoníacos” estariam iguais aos que “procuraram a retidão e um amor real em suas vidas”; o inferno seria “uma necessidade de não colocar o algoz junto à vítima” (p. 241). Susin propõe diante destas duas possibilidades suspender o juízo, pois, não compete a nós, criaturas emitir um juízo inteiramente justo. Ele conclui, “mas a possibilidade consoladora de que o inferno esteja vazio e, portanto, nem exista, não significa que não seja uma possibilidade real, segundo o ensinamento da Igreja” (p. 241), enquanto morte eterna quando a pessoa escolhe o mal (ver p. 243).

O último capítulo, *Deus é nosso lugar*, problematiza a compreensão dos atributivos divinos: onipotência, onisciência e onipresença, pois, se compreendidos de modo determinista eliminariam a liberdade humana. Por exemplo, por que Deus não interviria para evitar a violência e o sofrimento dos inocentes? Qual é a seriedade da liberdade humana sob um olho que já se antecipou à liberdade, pergunta Susin. “A fé cristã deve passar pela encarnação e pela cruz do Filho como *kénosis* divina amorosa e livre para dar espaço à criação, inclusive de um amor livre e, por isso, arriscado, diante de Deus” (p. 250). O livro conclui-se com a referência as três virtudes teologias – fé, esperança, amor. A originalidade de Susin é partir do atributo “teologal” dessas virtudes para vê-las não apenas como dons originários de Deus mas como formas de Deus mesmo se relacionar às criaturas. É Deus mesmo que “confia”, “espera” e “ama”, na discipulação de uma fé e uma esperança que dá espaço e tempo às criaturas. Elas se originam em Deus, segundo Susin, porque ele as exerce e assim as cria na relação conosco. Porém, terminado o percurso da História da Salvação, “não haverá mais fé, nem esperança e nem desejo quando houver só amor (1 Cor 13,13). Então, o amor de Deus se traduzirá só em eucaristia eterna”, ou seja, “o dom puro sem vítima e sem perda constitui a eucaristia escatológica” (p. 252-253).

Susin publica um livro sistemático, com linguagem acessível, crítico e propositivo. Ele aborda os temas árduos da escatologia e os interpreta com leveza e plasticidade. Baseado em uma hermenêutica que tem como referências interdisciplinares a antropologia, as ciências e a literatura, o autor, reescreve os temas clássicos da escatologia com ousadia e coragem, esgarçando os limites doutrinários para abrir fendas teológicas portadoras de tempo e eternidade.

De um lado, a escatologia herda as dificuldades da teodiceia: Deus, o mal no mundo e a liberdade humana. De outro, ela defronta-se com o problema de uma teleologia externa que conduz aos dualismos disjuntivos “ou tempo ou eternidade”, herança de uma metafísica dualista. O desafio é articular o discurso de uma teleologia interna que mantenha a relação entre imanente-transcendente, finito-infinito como categorias da dualidade tensional do ser humano.

Recebido: 10/12/2018

Aceito: 05/06/2019

Publicado em: 31/10/2019

Autores:

AGEMIR BAVARESCO ✉

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades,
Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: abavaresco@pucrs.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7967-4109>

NYTHAMAR DE OLIVEIRA JR.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades,
Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: nythamar.oliveira@pucrs.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9241-1031>

✉ Endereço:

Escola de Humanidades – PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Partenon

90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil